

A Aritmética dos Tempos: Compaixão, hospitalidade e reparação no *Gerador*

The Arithmetic of Time: Compassion, hospitality and reparation in *Gerador*

Chisoka Simões¹

Sheila Khan²

Rosa Cabecinhas³

RESUMO: O presente trabalho tem por vontade abrir uma matriz de pensamento e de partilha pública, ainda pouco amadurecida, em torno da relação entre realidade social portuguesa e a emergência dos meios de comunicação alternativos, nomeadamente de natureza digital. Nesse sentido, pretendemos compreender qual a responsabilidade histórica, cívica e social que os meios de comunicação alternativos têm, a partir de três pilares de pensamento social: Compaixão (Nussbaum, 2001), Poética da Hospitalidade (Almeida, 2023) e, por último, Reparação Histórica (Hall, 2018). No seguimento desta intenção reflexiva e crítica, apresentamos como trabalho de campo uma entrevista realizada à plataforma digital *Gerador*, entrevista construída a partir das nossas questões de investigação: podem os meios de comunicação alternativos digitais contribuir para a integração de

¹ Chisoka Simões é doutorando em Estudos Culturais no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Portugal, e bolseiro de investigação no projeto “MigraMediaActs – Migrações, Media e Ativismos em Língua Portuguesa: Descolonizar Paisagens Mediáticas e Imaginar Futuros Alternativos” do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). A sua investigação académica atual centra-se no património cultural e na imigração no Noroeste de Portugal, abordando dimensões como território, identidade e migração.

² Sheila Khan é socióloga, investigadora do CICANT – Centro de Investigação em Comunicações Aplicadas e Novas Tecnologias, Universidade Lusófona; professora auxiliar da Universidade Lusófona e comentadora do painel do programa Debate Africano da RDP África. É doutorada em Estudos Étnicos e Culturais pela Universidade de Warwick. As suas publicações mais recentes são: *Racismo e Vigilância Racial. Modernity Matters* (eds. com Nazir Can e Helena Machado, Routledge, 2021); *Reparações Históricas: Desestabilizando Construções do Passado Colonial*, *Revista Comunicação e Sociedade*, vol.41 (eds. com Vítor Sousa e Pedro Schacht Pereira); ‘Pós-memórias Femininas: Vozes e Experiências na Gramática do Mundo’ (eds. com Sandra Sousa e Susana Pimenta); *Djaimilia Pereira de Almeida: Tecelã de Mundos Passados e Presentes* (eds. com Sandra Sousa, 2023), e, recentemente, ‘Emerging Perspectives on Afro-Descendant Production: Memory, Identity and Global Diaspora’, *Portuguese Literary & Cultural Studies* (2025, em preparação; eds. com Sandra Sousa).

³ Rosa Cabecinhas é professora no Departamento de Ciências da Comunicação e investigadora no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho. Desempenhou funções como Diretora do Departamento de Ciências da Comunicação, Diretora do Mestrado em Ciências da Comunicação e Diretora do Doutoramento em Estudos Culturais. Atualmente, é Investigadora Principal do projeto “Migrações, Media e Ativismos em Língua Portuguesa: Descolonizar Paisagens Mediáticas e Imaginar Futuros Alternativos” (financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia) e co-coordena a linha de investigação “Espaço Público” no projeto CONCILIARE – Confidently Changing Colonial Heritage (2024-2027), financiado pelo programa Horizonte Europa.

comunidades sociais e históricas silenciadas e marginalizadas? E como fazer a normalização destas comunidades na gramática pós-colonial portuguesa?

PALAVRAS-CHAVE: Compaixão; Hospitalidade; Reparação; Meios de Comunicação Alternativos Digitais

ABSTRACT: This work aims to establish a new framework of thought and public sharing, which is still in its early stages, regarding the relationship between Portuguese social reality and the emergence of alternative media, particularly of a digital nature. In this sense, we intend to understand the historical, civic and social responsibilities that alternative media have, based on three pillars of social thought: Compassion (Nussbaum, 2001), Poetics of Hospitality (Almeida, 2023) and, finally, Historical Reparation (Hall, 2018). Following this reflective and critical intention, we present as fieldwork an interview carried out with the digital platform Gerador, an interview constructed from our research questions: can digital alternative media contribute to the integration of silenced and marginalised social and historical communities? And how can these communities be normalised within post-colonial Portuguese grammar?

KEYWORDS: Compassion; Hospitality; Reparation; Digital Alternative Media

1. Introdução: A Aritmética dos Tempos

Ninguém passa a tempestade sem querer se abrigar
Ninguém nos perdeu por azar
Quem quiser pintar passados. Vai ter muito p'ra emendar.

Sérgio Godinho, Delicado, Nação Valente, 2018.

Seria impossível escrever este texto sem nos colocarmos no tempo controverso e pleno de lutas, reivindicações, surpresas, quezílias e controvérsias que nos exigem alguma serenidade de espírito. Todos os dias, somos confrontados com eventos, ao nível mundial, que perturbam e contradizem muito das nossas esperanças que acreditávamos já prontas para serem vitórias de cidadania, liberdade, democracia e, acima de tudo, de solidariedade. Os meios de comunicação educam-nos para alguma apatia e uma total falta de empatia para tantos conflitos políticos em múltiplos continentes. Esta observação não resulta de nenhum alarido, nem de uma conversa solta de rua. É, com rigor, resultado dos tempos sociais aos quais os meios de comunicação não escapam como dispositivos das nossas sociedades, comunidades, grupos sociais e cidadãos. Desaceleração da nossa atenção e compreensão relativamente à invasão da Ucrânia pela Rússia, o genocídio em curso em

Gaza (A. L. Coelho, 2025), a instabilidade política resultantes de golpes de Estado em vários países africanos, as crises humanitárias no Sudão, na Líbia. A instabilidade social e económica em vários países da América Latina e, contra todas as vagas de fé e de resistência, o regresso de Donald Trump à Casa Branca levando consigo todo um séquito de políticos e sequazes fanáticos pela construção de uma América [do Norte] Grande, hegemónica, redutora de liberdades e de direitos civis conquistados com tanto suor, sacrifício e sangue durante longas e extensas décadas. A ascensão da extrema-direita na Europa não pode deixar-nos hesitantes quanto ao retorno (Riemen, 2012) de uma determinada gramática histórica e sociológica que põe em perigo e, agora a partir de muitas vozes que o dizem sem pudor e com ânsia de destruição, os grandes pilares humanistas que se enraizaram após a Segunda Guerra Mundial: Liberdade, Fraternidade e Igualdade. Valores que a Revolução Francesa cantava entre os oponentes a uma visão do mundo que se regulava pela anulação do Outro, este duramente subjugado, ostracizado e invisibilizado na sua dignidade pelas lógicas coloniais e imperiais europeias, essa grande experiência que deixou um legado por extirpar e por sanear até aos dias de hoje (Khan, 2021; M'charek et al., 2014; Santos, 2007; Stoler, 2016; Trafford, 2021). A Modernidade ocidental é, ainda, uma memória viva nas narrativas, identidades de milhares de sujeitos sociológicos, mesmo na viragem de uma marcha histórica para o que designamos de pós-colonialismo. Muitas sequelas desta modernidade ocidental resistente encontram-se entre nós, nos nossos quotidianos, instituições, relações interpessoais e culturais (Raposo et al., 2019). O que é frequentemente chamado por colonialidade ocidental tardia (Khan et al., 2021), assume outras vestes e designações: racismo estrutural, discriminação racial, vigilância racial, ostracismo, entre tantos outros epítetos.

Um dos grandes desafios deste tempo é compreender, mapear os caminhos pelos quais devemos calcorrear para refutar estas formas de hegemonia e de diferenciação humana ainda ativas. Essa vontade não é espontânea e requer um conhecimento minucioso destas posturas no interior das nossas estruturas de organização social e política (El-Enany, 2020; Gatrell, 2017; Lowe, 2015; Stone, 2018). É frequente olharmos para as nossas instituições como canais de perpetuação e de manutenção destas lógicas de colonialidade. Estudos ao nível das migrações (Macedo et al., 2024; Parmar, 2017, 2020; Parmar et al., 2020; Phillips et al., 2019), da criminalização (Machado & Granja, 2018, 2019; Machado et al., 2020; Phillips & Bowling, 2003), da educação (Araújo & Maeso, 2016; Balbé et al., 2024; Cabecinhas, 2023) e das lutas pelas liberdades civis (Maeso, 2021; Roldão et al., 2025) já demonstraram grande acuidade e rigor nas suas análises. Porém, outras realidades que, também elas, constituem janelas e espaços por onde veiculam e sobrevivem esse interior ideológico e histórico de preconceitos e de estereótipos perante o Outro, têm permanecido distantes de um exame cuidadoso. Com acuidade, referimo-nos aos meios de comunicação como dispositivos que vivem no seio de nações, comunidades e grupos sociais. A tradição do estudo da responsabilidade social, cívica e histórica dos meios de comunicação é, por ora, na sociedade portuguesa, uma consciência tímida e

quase inexistente (Posch et al., 2024). Ao contrário do que já podemos testemunhar em outros contextos geopolíticos de produção de conhecimento e de interação com a cidadania ao nível da comunicação (Usher & Carlson, 2022), sobre como os meios de comunicação contribuem como espaços de influência de uma determinada inclinação de encarar e de interpretar a diversidade do mundo humano, a cidadania comunicativa no contexto português exige de todos nós, cidadãos, profissionais, estudiosos, muita diligência, método e reconhecimento no exame das relações entre realidades sociais e os meios de comunicação.

Uma aproximação atenta aos trabalhos realizados nas últimas décadas mostra uma enorme vigilância da parte de alguns setores mais compreensivos da comunicação com a responsabilidade de memória (Zelizer & Tenenboim-Weinblatt, 2014) perante as suas comunidades. Essa consciência trouxe para a arena pública a necessidade de um jornalismo mais compassivo, acolhedor e reparador quando confrontado com decisões de um longo passado jornalístico cúmplice com as liberdades civis nos Estados Unidos da América. Desta constatação emergiu o que, atualmente, se designa por jornalismo reparativo (Torres & Watson, 2023). Isto é, um compromisso ético e de memória relativamente a décadas de demonização, inferiorização, supressão de experiências humanas, nomeadamente, aquelas associadas às comunidades afro-americanas e latino-americanas (Dixon, 2003; Gray, 2015). Como observado por Usher e Carlson (2022), “as instituições de comunicação social, dado o seu papel na construção social da realidade, foram chamadas a prestar contas por ativistas da justiça racial por perpetuar o dominante status quo dos brancos” (2022, p.553). As autoras analisam a intrincada e conivente relação entre contextos políticos e ideológicos norte-americanos e o papel corrosivo que os meios de comunicação foram assumindo na historicidade da cidadania afro-americana, argumentando ainda que, a influência na disseminação de representações e perceções sociais negativas, a obstrução ao conhecimento efetivo das comunidades subalternizadas, racializadas e descaracterizadas por uma linguagem jornalística inóspita representa o húmus para um exercício inevitável e, por conseguinte, urgente de compaixão, hospitalidade e de reparação quando a história da nação norte-americana e a história dos direitos civis afro-americanos (González & Torres, 2011) é, umbilicalmente, a história dos meios de comunicação. Nesse sentido, outras vozes acolhem este mesmo posicionamento ao salientar, “se há alguma instituição americana que deve pagar reparações, é o jornalismo” (Clark, como citado em Usher & Carlson, 2022, p.554). Esta consciência histórica conduz-nos para uma outra faceta inerente à funcionalidade dos meios de comunicação. Com rigor, a responsabilidade dos meios de comunicação como co-produtores de memórias coletivas e de autoridades de memória (Edy, 1999, 2006, 2014; Zelizer, 1993). Neste sentido, é relevante compreender o impacto de uma ausência de interesse e de reconhecimento das experiências humanas que fazem parte dos contextos sociais e históricos de eventos sonegados e ignorados pelos meios de comunicação. No entender de muitos estudiosos e jornalistas estas lógicas

de supressão de outras realidades sociais espelham uma certa cumplicidade com processos ideológicos e políticos que, repetidamente, contribuem para um empobrecimento de uma cidadania mais inteira e clarividente. É no seguimento destas várias fragilidades ancoradas a uma certa colonialidade de comunicação e de interação com o meio social envolvente, que emerge a urgência de um exercício cívico de compaixão (Nussbaum, 2001), hospitalidade (Almeida, 2013) e de reparação histórica (Hall, 2018), nomeadamente, no contexto português democrático e pós-colonial.

2. Contexto Português da Cidadania Comunicativa

A exclusão sistemática das populações afro-europeias no discurso histórico pode ser compreendida através do conceito de colonialidade do poder (Quijano, 2005) ou da colonialidade ocidental tardia (Khan et al., 2021), pela persistência das estruturas de poder, como as hierarquias raciais estabelecidas durante o período colonial persistem nas sociedades, incluindo nas redes de conhecimento, como nos média. Nos média portugueses, esta colonialidade traduz-se na manutenção de narrativas eurocêntricas que atuam sob as vozes e experiências das comunidades racializadas e imigrantes, repercutindo-se nas suas representações sociais. A consideração de que estas comunidades são novidades ou elementos externos, alheios à sociedade portuguesa acabam por apagar memórias inteiras de gerações, historiografias, no que Alves (2016) descreve como uma racialização da imigração. Deste modo, para além de desconsiderar a história compartilhada, esta amnésia histórica (Cabecinhas & Barros, 2022) e afrofobia epistémica (Carruthers, 2020), também contribui para a exclusão contínua destas populações do discurso público dominante, tendo repercussões diretas na construção de uma consciência histórica inclusiva. Em relação aos indivíduos pertencentes a estes grupos, a falta de um conhecimento mais cabal e adequado reforça estereótipos negativos e limita as oportunidades de integração plena. É neste ponto que assenta a necessidade de uma prática de compaixão como criticamente elaborada pela filósofa Martha Nussbaum. De acordo com a autora, compaixão não é apenas uma dimensão emocional, mas quando acompanhada pelas vivências que são continuamente rasuradas por uma história hesitante (Lowe, 2015), falham na sensibilidade humana de inclusão nas nossas visões do mundo, de outras narrativas e identidades tão relevantes quanto complementares. Por conseguinte, o apelo à compaixão não resulta apenas de uma vontade sentimental, ela é, a partir da interpretação da filósofa, uma vontade cognitiva, um posicionamento clarividente e vigilante da nossa capacidade de escutar, compreender e de respeitar a dignidade dos outros. António Sousa Ribeiro apresenta com grande clareza e síntese o pensamento da autora ao detalhar compaixão da seguinte forma:

(...) a relação que se estabelece com o sofrimento de outrem é movida pela compreensão de que esse sofrimento suscita questões que dizem respeito de maneira profunda a cada ser humano, desde logo, a questão da vulnerabilidade essencial do

corpo humano, sempre potencialmente exposto à dor. Dito ainda de outra forma, compaixão significa, nestes termos, o impulso para integrar o sofrimento alheio no quadro do nosso conhecimento do mundo, sendo, assim, indissociável de um impulso performativo, de um impulso para a ação. (Ribeiro, 2018, p.15).

Este ‘impulso para a ação’ é crucial para o que a escritora luso-angolana, Djaimilia Pereira de Almeida, no seu livro de ensaios, *O que é ser escritora negra hoje*, de acordo comigo, mapeou e definiu como a poética da hospitalidade. Esta incursão pelo rol de ausências, de esquecimentos, fissuras levou a escritora a perceber a relevância de uma inclusão ativa do Outro, como parte dessa ferramenta indispensável que é a cidadania portuguesa. O recurso à sua própria experiência como sujeito pós-colonial assume a energia e a força vitais para uma maior interpretação da nossa realidade e das contradições inerentes a uma nação que se arroga o rótulo colorido de nação cosmopolita e democrática. Muitos dos trabalhos de Djaimilia Pereira de Almeida, estes de natureza ficcional (Khan & Sousa, 2023), confrontam a historicidade portuguesa com os seus aquedutos de afasia social e cultural, demonstrando minuciosamente, pelo detalhe dado a cada personagem, as prisões históricas onde são colocadas muitas comunidades imigrantes africanas e afrodescendentes da experiência da descolonização portuguesa. Na sua obra que é, simultaneamente, lugar de um pensamento sério e de metodologia social, a autora observa:

Relegados para a condição de personagens vazias e estereotipadas, os indivíduos negros são raros no cânone português, sendo representados como seres humanos desprovidos de identidade. Todos sabemos que não se trata de uma história especificamente portuguesa. Sem uma certa dose inicial de ódio de si próprio, ninguém se torna um leitor negro ou um escritor negro em qualquer língua ocidental. Eu não teria sido aceite à mesa de alguns antecessores literários. Eles não foram capazes de descrever a minha linhagem, não a compreenderam, subestimaram-na, troçaram dela. Tal perda é particularmente nociva na vertente lusófona do problema, onde, ainda hoje, há uma mentalidade imperial mais ou menos branda que se recusa a admitir as suas formas idiossincráticas de obsolescência e violência institucional, menos ainda a reconhecê-la na vida e na ficção. (Almeida, 2023, p.72)

É este plano de reivindicação da hospitalidade que amplamente se ancora aos processos e caminhos de reparação histórica. Reparar e reconstruir é uma dinâmica subjacente à revisão corajosa e destemida das hegemonias históricas da memória, da comunicação, das sociabilidades entre povos, grupos, comunidades e sujeitos individuais. Neste meridiano quase completo, é compreensível a relevância da reparação histórica que emerge nos contextos onde vozes desobedientes exigem compaixão e hospitalidade às suas histórias, percursos de vida e, principalmente, reconhecimento pela sua presença nos espaços sociais aos quais pertencem. Atenta a todos estes meandros sombrios das histórias entrelaçadas, a historiadora Catherine Hall (2008), aplicando o seu pensamento ao estudo das relações entre o império britânico e as populações pós-coloniais, salienta a importância de pensar

criticamente o passado e o seu prolongamento nas vidas dos seus sujeitos co-protagonistas dos fios de identidade, de cultura, de memória e história por onde, ainda hoje, circulam visões do passado e se vão tecendo uma outra compreensão e alternativas para a reescrita de uma gramática humana mais reparadora e clarividente.

3. Levantando o véu: Os meios de comunicação alternativos digitais

Como encetar este itinerário no enquadramento de um cenário mundial tão ácido, instável a partir de vozes, ações e vontades clarividentes e lúcidas? Por outro lado, como manter esta lucidez nesta nova aritmética do tempo?

Um modo de lidar com estes novos tempos – conturbados, voláteis e polarizados - é escutar meios que promovem um discurso contracorrente, meios que representam vozes insubmissas e que pretendem criar, desde já, um futuro diferente. Estas vozes podem ser encontradas nos meios de comunicação alternativos digitais. Ao longo do artigo, argumentar-se-á que os média alternativos não devem ser vistos apenas como uma resposta temporária à exclusão mediática, mas como um modelo sustentável para um novo cânone mainstream, para uma cidadania comunicativa onde compaixão, hospitalidade e reparação representam uma decisão importante e inadiável.

Os média alternativos diferenciam-se dos média tradicionais por diferentes especificidades, nomeadamente pela independência (Karppinen & Moe, 2016), a inclusão de uma diversidade de perspetivas (Ihlebaek et al., 2022), um afastamento da cobertura mediática convencional ao realçar temas frequentemente negligenciados pelos média tradicionais (Holt et al., 2019), tal como, uma abordagem participativa e colaborativa, fruto de uma cultura participativa (Jenkins, 2006), e, também, pela realização do seu trabalho através de técnicas de jornalismo lento (Prazeres, 2018). Deste modo, desempenham um papel único na diversificação do ecossistema mediático, ao oferecerem uma contraparte necessária aos média tradicionais (Holt et al., 2019), assim, permitem revelar e partilhar outras narrativas sociais, trazendo uma nova tradição de partilha pública. Especificamente, a aprendizagem de narrativas sociais que têm sido silenciadas durante séculos no contexto nacional, o que afeta diretamente a representação de um número de identidades que comungam do mesmo território e, conseqüentemente, a construção de nações fraternas. Dentro destes grupos, podemos indagar sobre a categorização de diferentes grupos em específico.

Nomeadamente, nos últimos anos, a representação das comunidades racializadas e imigrantes, nos média em Portugal tem sido alvo de uma tímida discussão, mas com relativa relevância⁴ (Gorjão, 2018, 2016). Esta relevância surge devido a individualidades específicas, ligados à academia como

⁴ A destacar as reportagens jornalísticas de Joana Gorjão Henriques que abriu um novo tempo de debate, reflexão coletiva e de reconhecimento da existência de outras histórias de vida e de identidade longamente esquecidas e ignoradas e vencedor do prémio Associação Corações com Coroa, que premeia trabalhos sobre direitos humanos: <https://www.publico.pt/2018/11/20/sociedade/noticia/serie-racismo-portuguesa-publico-ganha-premio-1851751>

Cristina Roldão, à política, como Joacine Katar Moreira, mas também com o progressivo aparecimento de ativistas negros, como por exemplo, Mamadu Bá ou Paula Cardoso. A presença destes indivíduos nos média tornou-se especialmente evidente no contexto das comemorações dos 50 anos da revolução de Abril e consequentemente, dos 50 anos das independências das ex-colónias africanas.

Apesar da presença histórica e ininterrupta destas comunidades em Portugal, os média tradicionais continuam a tratá-las como uma novidade ou mesmo uma exceção, o que reforça uma posição de exclusão da grande narrativa identitária do país. Esta marginalização mediática reflete dinâmicas mais profundas e estruturais de exclusão e colonialidade assentes no Norte Global, com repercussões globais. Estas comunidades, quando não são simplesmente silenciadas, acabam por ser incluídas sob enquadramentos específicos ou temáticos, maioritariamente ligadas à marginalidade criminal, pobreza, limitações de acesso à habitação.

Nesse contexto, os média alternativos surgem como plataformas para a expressão dessas comunidades, sendo estes, um local de promoção de narrativas que desafiam as construções hegemónicas, em especial, pelo destaque e envolvimento direto destas populações (Henriques, 2018, 2016). Estas plataformas abordam frequentemente temáticas fraturantes e dissonantes da sociedade, as quais "não são tratadas pelos meios de comunicação tradicionais" (Teixeira & Jorge, 2021). Deste modo, estes podem ser os mesmos temas que nos média tradicionais são imputados com uma conotação negativa, pelo simples facto de incluírem minorias étnicas. Então, os média alternativos aproveitam esta viragem mediática, apresentando estas comunidades de um modo positivo, tendo assim têm uma abordagem contrastante e mais humanista, empática e reparadora.

Pese embora o crescimento exponencial nas últimas décadas, há que sublinhar que estes média se encontram presentes no país há mais de um século (Posch et al, 2024), como o ainda em circulação A Batalha, fundado em 1919. Por exemplo, durante a 1ª República, existiu o jornal O Negro, que desempenhava uma função semelhante à que os média alternativos digitais desempenham hoje, num mundo já hiper-globalizado. Confirma-se, assim, a presença historicamente invisibilizada tanto dos média e das suas temáticas como da população que neles participa, uma realidade vivida em segundo plano, quase num espírito de clandestinidade.

Dentro destes meios de comunicação alternativos presentes no país, surge o Gerador, a plataforma escolhida para este estudo de caso. A par do Gerador existem em Portugal outros média com abordagem semelhantes, nomeadamente a BANTUMEN, de 2015, com quem possuem uma parceria, Buala, de 2010, Afrolis e Divergente, ambos de 2014, Fumaça, de 2016, e a Afrolink, de 2019. Esta similaridade, consiste concretamente no fato de empregarem pessoas imigrantes ou

racializadas na sua equipa de redação ou direção, e se debruçarem sobre questões identitárias fundamentais para estas comunidades⁵ (Posch et al., 2024).

O Gerador foi fundado oficialmente em 27 de maio de 2014, e desde então tem vindo a consolidar-se como uma referência no panorama mediático e cultural português. Tal como outros meios independentes, destaca-se pela sua autonomia, expressa de forma clara no seu manifesto editorial: "O Gerador é independente de pressões políticas, económicas ou de outro tipo" (Gerador, 2014). Além disso, o compromisso com a diversidade é um dos seus pilares, com o Gerador a afirmar que "rejeita qualquer discriminação baseada no género, religião, origem étnica ou orientação sexual e defende os valores da pluralidade e diversidade cultural" (Gerador, 2014). A sua atuação também se reflete nas causas sociais que abraça, afirmando: "refletimos sobre as dinâmicas principais de uma sociedade moderna e progressista, como a desigualdade, a discriminação, o lugar de fala, a identidade e a orientação sexual ou as políticas de migração" (Gerador, 2014).

4. Jornalismo Reparativo: *Gerador*

A capacidade reparadora do jornalismo, tal como apresentada por Torres e Watson (2023) e previamente analisada neste estudo, tem-se manifestado, em especial, no contexto dos meios de comunicação alternativos. Estes meios abordam frequentemente temas específicos contestados por estas comunidades, sobretudo em dimensões que perpetuam injustiças sociais. Neste domínio, existem plataformas norte-americanas como The Root, Prism, Colorlines e Democracy Now! que dedicam grande parte da sua dimensão editorial à produção de narrativas que surgem de vozes marginalizadas, nomeadamente a população afrodescendente. No entanto, é possível observar, neste espaço geográfico, que alguns canais pertencentes a grandes conglomerados de média, como o Vox, da Vox Media, possuem abordagens próximas dos média alternativos. O Vox, por exemplo, tem explorado questões fundamentais como, o tema das reparações históricas, através de peças jornalísticas como "Reparations Could Heal America" e "There's No Freedom Without Reparations". Para além deste cenário, dentro destes média, o debate sobre reparações também é analisado noutras realidades geográficas, como no artigo "What New Zealand Can Teach Us About Reparations", que reflete sobre as políticas de reparação na Nova Zelândia. Dado o legado da colonialidade vivido no presente no Sul Global, observam-se dimensões editoriais semelhantes em

⁵ Nomeadamente, dos conteúdos que o Gerador produziu na última década dentro desta dimensão, destacam-se vários temas centrais, como a descolonização dos manuais de História que continua por concretizar, refletindo, assim, a dificuldade em rever o ensino e a forma como o passado é contado. Nesta senda, o "colonialismo público" mostra como a memória do império ainda se mantém viva no espaço público e na forma como a história é lembrada. A restituição de património às ex-colónias tem sido debatida como uma questão de memória e identidade, levantando a necessidade de devolver bens culturais e reconhecer as marcas do colonialismo. Vítor de Sousa (2022) reflete sobre a pertença e a identidade, afirmando que não existe um carimbo que define quem é português. Também surge o questionamento de figuras históricas como Mouzinho de Albuquerque, e as suas relações com a memória pública nacional. Surge nas artes, a exploração de correntes artísticas, por exemplo, o afrossurrealismo e o afrofuturismo que propõem novas formas de representar uma sociedade mais inclusiva, ao desafiar a visão tradicional da história e ao projetar futuros alternativos.

plataformas brasileiras, como a Mídia Ninja e a Agência Pública, que também desempenham um papel fundamental na produção de jornalismo alternativo.

Esta postura reparadora do jornalismo é também democrática, tanto no seu formato como na sua essência, pautando-se pela inclusão. A sua expressão e materialização não se limitam ao formato tradicional de texto, mas adotam uma dimensão multimodal, o que é demonstrado pela veiculação de conteúdos em diferentes formatos, como áudio (podcasts) e vídeo. Esta diversidade facilita o acesso às mensagens transmitidas, e consequentemente ampliar os seus públicos.

A nível nacional, a par do Gerador, existe também o exemplo do Divergente. Este efetuou uma extensa investigação que culminou numa reportagem, realizada num espaço de 5 anos, intitulada como "Por ti, Portugal, eu juro!", que "conta a história dos Comandos Africanos da Guiné, tropa de elite do Exército criada durante a Guerra Colonial" (Divergente, 2021-2022). Esta investigação liderada por Sofia da Palma Rodrigues retrata factos que surgiram no pós-independência, neste grupo de ex-militares, como a discriminação perpetrada tanto pelos portugueses como por guineenses, falta de acesso à nacionalidade portuguesa, à saúde, entre outras necessidades básicas.

Ainda nesta dimensão, existe o projeto nacional Setenta e Quatro, que entre diferentes publicações relacionadas com esta temática, tem o ensaio "Desmantelar a escravatura e o colonialismo: é possível reparar o passado no espaço público?".

Em Portugal, considera-se que um dos maiores legados do colonialismo é o racismo institucional, reivindicando-o como herdeiro direto da exploração colonial (Cabecinhas & Macedo, 2019; Correia, 2022; Raposo et al., 2019). Outro legado é a nostalgia colonial, que se encontra impregnada no país, como apresentou R. G. Coelho (2019) ao considerar que a paisagem urbana de Lisboa se encontra repleta de elementos do luso-tropicalismo. Após notar esta influência, pode-se analisar a dimensão prática das reparações históricas através de Sousa et al (2022) quando estes alertaram para a necessidade de uma “luta pela representação no espaço público” (p. 14). Deste modo, num movimento global e globalizante, certos média alternativos têm vindo a desafiar esse panorama no mundo, igualmente na sociedade portuguesa, ao criar espaços onde pessoas racializadas podem contar as suas próprias histórias, de forma autêntica e sem os filtros impostos pelos tradicionais meios de comunicação. Nestes média temos que, em termos práticos, a reparação histórica implica reconhecer as omissões do passado colonial e integrar as vozes das comunidades racializadas de forma plena e genuína. No caso do Gerador, isso envolve uma análise crítica das narrativas hegemónicas e a inclusão de outras narrativas⁶ e abordagens que tenham sido sistematicamente marginalizadas ao longo do tempo. Como foi anteriormente observado, o Gerador dá destaque às histórias e experiências das vítimas diretas e indiretas do colonialismo

⁶ Para além de dar espaço a conteúdos sobre racismo, imigração e outras questões sociais, também promove diálogos sobre como as estruturas coloniais ainda afetam as comunidades, e assim, propõe um reconhecimento público dessas injustiças e o estabelecimento de novas narrativas que ajudam a reparar o presente, através do questionamento do passado historiográfico tradicional.

português. Fá-lo ao dar voz às comunidades afetadas pelo colonialismo, através da participação sistemática em crónicas, reportagens e cobertura de eventos, mas também por possuir pessoas afrodescendentes e imigrantes na sua redação. Esta inclusão de perspetivas sub-representadas tem sido fundamental para um maior alcance das reparações históricas e exposição de novas memórias, e acabam por tornar o Gerador numa das iniciativas de média alternativas que vai ao encontro do que Martha Nussbaum define como compaixão e o “impulso para a ação”⁷ (Ribeiro, 2018, p. 15) com maior representatividade étnica no país. Numa realidade em que Portugal se configura como a ex-metrópole colonizadora, a inclusão destes indivíduos, por si só, pode representar um ato de compaixão e de hospitalidade histórica.

Com vista a alcançar os objetivos propostos, e ao nível da nossa opção metodológica, adotou-se uma abordagem qualitativa, onde a fonte primária principal foi uma entrevista semiestruturada realizada a dois dos três fundadores do Gerador, Tiago Sigorelho e Miguel Bica e atuais presidente e vice-presidente da plataforma, respetivamente. A entrevista foi realizada de modo presencial, em janeiro de 2025, conduzida por Sheila Khan, Chisoka Simões e Rosa Cabecinhas. A entrevista teve como objetivo compreender a história e a missão do Gerador, objetivos iniciais e atuais e a sua evolução, modelos de financiamento, e as suas políticas internas de inclusão e diversidade, com as categorias baseadas nos pilares teóricos previamente apresentados, Compaixão (Nussbaum, 2001), Poética da Hospitalidade (Almeida, 2023) e Reparação Histórica (Hall, 2018). Como fontes secundárias, o estudo realizou uma revisão bibliográfica, através da análise de literatura existente sobre meios de comunicação alternativos digitais ao nível global e internacional, em torno de uma reflexão crítica em torno da representação racial nos média e o produção de conteúdo multimédia e modal. A realização da entrevista permitiu a partilha direta de informações sobre o Gerador. No que concerne a fundação da plataforma e os anos que antecederam, Tiago Sigorelho mencionou que:

Nessa altura, nós tínhamos consciência de que ainda faltava à sociedade abrir bastante os olhos para estar disponível para pensar sobre a cultura, de uma maneira livre. O que nós sentíamos é que existia alguma vontade de olhar para certos aspetos da cultura de uma maneira mais desprendida mais relacional se quiserem, como a música ou outros aspetos, mas todos os outros

⁷ s ensaios publicados no Gerador oferecem diferentes e desafiadoras perspetivas sobre o luso-tropicalismo e o passado colonial português. A título de exemplo: Aurora Almada e Santos: “Portugal e a limitada reflexão sobre o seu passado colonial” (<https://gerador.eu/ensaio-portugale-a-limitada-reflexao-sobre-o-seu-passado-colonial/>); Sofia Vieira Lopes: “Já fui um Conquistador: O Lusotropicalismo na Eurovisão” (Já fui um Conquistador – O Lusotropicalismo na Eurovisão); Pedro Sousa de Almeida: “Futebol, Lusotropicalismo e Continuidade Histórica” (Futebol, Lusotropicalismo e Continuidade Histórica); Gessica Borges: “Eu não tenho amigos(as) portugueses(as): Brasil-Portugal e o mito dos países irmãos” (Eu não tenho amigos(as) portugueses(as): Brasil-Portugal e o mito dos países irmãos); *Sheila Khan: “Eu não sou o ‘Outro’: Estranhos e Ausentes no Portugal a Lápis de Cor” (<https://gerador.eu/ensaio-eu-naosou-o-outro-estranhos-e-ausentes-no-portugal-a-lapis-de-cor/>); *Carolina Almeida: “Os Futuros Perdidos no Atlântico e a Necessidade de Reverter o Eco-Apartheid” (<https://gerador.eu/osfuturos-perdidos-no-atlantico-e-a-necessidade-de-reverter-o-eco-apartheid/>); *Patrícia Sequeira Brás: “Lusotropicalismo no Cinema Pós-Colonial” (Lusotropicalismo no Cinema Pós-Colonial); *Aida Gomes: “Lusotropicalismo ou Luso-nostalgia?” (Ensaio: Lusotropicalismo ou Luso-nostalgia?).

Durante a entrevista, os fundadores do Gerador mostraram que não se consideram ativistas, mas compreendem a sua responsabilidade cívica e que esta se cruza em parte com a dimensão política. Esta abordagem remete a aspetos inerentes ao ativismo digital (Lievrouw, 2023), como forma, por um lado, de engajamento social em espaços online e, por outro, de mobilização para alterar realidades sociais e políticas através de plataformas digitais, como podemos ler nas reflexões de Tiago Sigorelho:

Nós acreditamos que provavelmente nós não somos capazes de fazer nenhuma mudança, mas podemos contribuir dando ferramentas às pessoas para elas pensarem nessa mudança. (...). É isso que nos importa é dar ferramentas. Como é que nós podemos ajudar as pessoas a serem mais críticas, mais criativas, mais interventivas na sociedade? Se somos ativistas desta missão? Somos, seguramente. É a nossa missão, por isso isto está escrito nos estatutos do Gerador, não é? (...). Nós somos ativistas dela, seguramente. (...) Todos os processos que levam a que isto seja uma verdade. Todas as nossas lutas, todas as nossas batalhas, as formas que nós temos de sensibilizar as pessoas para que é importante toda a gente ter acesso a estas ferramentas. Podem ser consideradas de uma forma ou de outra, ativistas ou não.

Nota-se o compromisso com a transparência e a ética jornalística, tal como, mesmo sendo um órgão alternativo, cumpre com os trâmites legais de modo semelhante aos média mainstream ou tradicionais, estando registado na Entidade Reguladora para a Comunicação, ERC. O Gerador não é o único meio independente com este registo e esta aproximação vai de encontro ao nosso argumento fundador para este estudo de caso, mais claramente, a possibilidade futura dos meios de comunicação alternativos virem a assumir um papel de normalização perante uma inclinação hegemónica de comunicação que olha para determinados grupos sociais como exóticos e desprovidos de uma autoridade de memória e de história e que, sem dúvida, pode melhorar a qualidade da nossa cidadania. Quase numa coincidência de uma mesma consciência social e histórica, Tiago Sigorelho na entrevista mencionou que:

E foi aqui que nós nos focámos no início e que sentimos que era preciso organizar o Gerador em três grandes dimensões, numa dimensão cultural, efetivamente cultural onde nós nos vemos como programadores, não como criadores artísticos, nós somos programadores. Numa dimensão jornalística editorial, se quiserem por isso, desde o dia um do Gerador que nós lançámos uma revista. (...) somos uma entidade reconhecida pela entidade reguladora; (...). Temos um mandato ético que temos de respeitar e, depois, temos um terceiro pilar dedicado à educação, onde temos uma academia e nessa academia temos um conjunto de cursos e fazemos investigações e estudos.

O processo de transformar os media alternativos em mainstream não ocorre de forma automática. Para que isso aconteça, é necessária uma mudança estrutural tanto no campo jornalístico como na própria sociedade. É preciso que haja uma reconfiguração das políticas dos média e do financiamento público e privado, que permita aos media alternativos crescerem, o que já ocorre daí entendermos a relação do Gerador com determinadas instituições públicas, internacionais e nacionais, como a União Europeia, Município de Braga, Município de Guimarães, Goethe-Institut, Casa da

Música, ou redes internacionais de jornalismo independente como o Voxeurop.

Esta posição diferenciada, pluridisciplinar, positiva, mas que, simultaneamente, possui uma dimensão limitativa surge explícita em vários momentos da entrevista:

Não conhecemos nenhuma entidade que tenha exatamente estas três dimensões e que a trabalho da forma como nós trabalhamos (...) . Nós temos muitos projetos europeus e não conhecemos uma entidade que tenha essa dinâmica e isso por vezes é uma vantagem. Muitas vezes é uma desvantagem. Por exemplo, nós dificilmente conseguimos ter acesso a fundos públicos relacionados com a dimensão artística em Portugal, porque nós não somos só uma entidade. Para a cultura nós temos uma dimensão jornalística e uma dimensão educacional.

Reconhecem também que a pluralidade de conteúdos e abordagens do Gerador leva a que cada utilizador tenha uma perspetiva diferente sobre o conceito, a filosofia e o conteúdo da plataforma. Esta diversidade de abordagens ficou evidente na entrevista com a seguinte observação de Tiago Sigorelho de que:

Há muita gente que sabe que somos um órgão de comunicação e segue, segue-nos porque somos um órgão de comunicação. Há outras pessoas que nos seguem porque produzimos iniciativas culturais, outras porque vão aos nossos cursos e se calhar não fazem ideia do resto. Eu diria que são mais essas pessoas que nos conhecem de uma forma individualizada do que aquelas que nos conhecem.

Esta amplitude de perspetivas afeta diretamente a política interna do Gerador, por isso, Tiago Sigorelho considerou que fazem um esforço exterior para serem entendidos enquanto um todo, mas para a equipa estes três pilares são um pilar único, indivisível.

Em relação ao financiamento, Miguel Bica apresentou o modelo de financiamento da plataforma, do seguinte modo “nós basicamente somos uma entidade sem fins lucrativos e não temos nenhum apoio sustentado de nenhum do Estado ou de nenhum tipo de lógica. Nós acabamos por ter que fazer um conjunto grande de projetos onde temos entidades que nos apoiam.” A política de diversidade do Gerador, também foi abordada na entrevista, tanto ao nível interno como externo. Deste modo, em relação à inclusão de minorias tanto na produção de conteúdo como na busca por temáticas diversas, apresentaram o momento em que consideraram pertinente entrar em contacto com a ativista e cronista Paula Cardoso:

... a determinada altura, nós resolvemos falar com a Paula Cardoso para criar um género de uma formação, uma partilha (...) sobre como chegar um bocadinho mais longe em termos de empatia, perceber e para alguns temas. Depois fizemos isso noutros aspetos. E isso deu-nos algumas ferramentas, nem que fosse para uma autoavaliação de como é que podíamos chegar um bocadinho mais longe, chegar. Tudo é feito de bolhas, portanto, chegar um bocadinho fora dessa bolha, criarmos um roteiro

onde começamos a perceber mais quem é que, quem é que produz cultura, quem é que produz arte, quem é que produz conhecimento em várias áreas e de repente, essa ampliação acabou por se refletir também no Gerador como um todo.

A nível interno e no que diz respeito a contratação é sempre realizado um “recrutamento para afastar o nosso bias habitual (...). [que] implica que para garantirmos, por exemplo, diversidade de pessoas que possam vir para o Gerador, elas legitimam o Gerador como um espaço que pode receber essa diversidade”. Esta abordagem inclusiva manteve-se e, no que se refere aos eventos, Tiago Sigorelho destacou que “existe uma política de diversidade escrita e que nos obriga, por exemplo, obriga no bom sentido a nós sempre que pensamos no evento, garantir que esse evento cumpre determinados requisitos em termos de todos os tipos de diversidade. Um outro entrevistado, Miguel Bica, destacou que o trabalho em equipa e em rede é fundamental nesta perspetiva, defendeu que, para que isso seja possível, é essencial

“criar mecanismos para que todos estejam atentos, para que não fique só essa responsabilidade. A ideia de toda a gente cobra a toda a gente essa atenção. (...) Há um confronto, há um reajuste e isso resulta muito bem.”

Na entrevista, também se tornou evidente a renovação geracional e o seu cruzamento com novos temas e perspetivas, nesta dimensão Tiago Sigorelho afirmou que “a maioria das pessoas que trabalham no Gerador tem menos de 30 anos e, nessa altura, também há um conjunto grande de pessoas que entram para o Gerador, que também trazem as suas reflexões.”

Na dimensão dos idiomas empregues nos materiais produzidos pela plataforma, e em especial, no idioma base – o Português, pode-se recorrer ao conceito de pluricentricidade linguística (Clyne, 1992), e analisado em específico na língua portuguesa, por exemplo, por Melo-Pfeifer (2016) e Silva et al. (2025), dimensão teórica que defende que os idiomas possuem múltiplos centros normativos, ou seja, não haverá um português padrão, único, nem Portugal como antiga metrópole colonial detém maior autoridade, mas existem sim diferentes normas legítimas, nomeadamente, o Português Europeu ou o Português Brasileiro. Este facto justifica a decisão de um meio de comunicação em aceitar todas as variantes do português como igualmente válidas. Neste sentido, Tiago Sigorelho apresentou esta decisão da seguinte forma:

Nós respeitamos, por exemplo, a língua do entrevistador e do entrevistado. Por isso, se nós temos um entrevistador que é brasileiro e que tem determinadas formas de falar do português do Brasil, nós respeitamos esse português do Brasil. Muitas vezes, quando sentimos necessidade na edição, podemos contextualizar. Se existe uma determinada expressão que nós sentimos, por exemplo, eu, enquanto editor, sinto que não entendo ou que a nossa audiência pode não entender. Então, contextualizamos. Deixamos a versão original, mas contextualizamos. O mesmo acontece com todos os outros portugueses e acontece para o entrevistador e para o entrevistado.

5. Reflexões Finais: Caminhos para “emendar passados”

A entrevista e a análise do Gerador demonstram que os meios de comunicação alternativos digitais são uma possibilidade real e já em andamento para a pluralidade mediática e para a inclusão de vozes marginalizadas.

Uma oportunidade para demonstrar a diferenciação de abordagem em relação aos meios de comunicação tradicionais é a celebração do cinquentenário das independências dos PALOP, que deve transcender uma simples reflexão histórica sobre os eventos do passado e as suas repercussões no quotidiano de inúmeras vidas. Deve afirmar-se como uma efeméride de reconhecimento das contribuições das comunidades afrodescendentes em Portugal, destacando o seu papel na construção da nação de Abril.

Como demonstrado pelas diferentes abordagens do Gerador, este caminho é possível através da renovação, por meio da exposição de diversas narrativas nacionais e da projeção de identidades múltiplas.

Este estudo pretendeu demonstrar através do Gerador, que os média alternativos têm, efetivamente, um lugar na consciencialização dos legados de comunidades silenciadas e marginalizadas. A análise crítica dos diferentes conteúdos utilizados pelo Gerador, demonstrou que a formação do discurso público contra-hegemónico pode ser elaborada de um modo multimodal (Kress, 2010) por se analisar como as diferentes formas de comunicação, sendo estes, imagem, som, texto, entre outras, através de videocasts⁸, webinars, podem ser combinadas para criar uma experiência de aprendizagem mais profícua. Também a aproximação comunitária e presencial, através da realização de ciclos de conferências, como o festival Uncover, os encontros Post/Zeitgeist, ou projetos internacionais e interdisciplinares como o MANIFEST, que exploram diferentes temáticas comunicacionais. Deste modo, observa-se uma inovação real em relação aos meios tradicionais. Com a regularidade e a abrangência de convidados, participantes e de expressões afrodescendentes, o Gerador tem sido determinante na descolonização das narrativas mediáticas, principalmente dentro e para as gerações nascidas em democracia. Ao projetar histórias afrodescendentes — muitas delas contadas na primeira pessoa — promove a inserção de memórias num processo conciliador, de compaixão, necessário sobretudo em territórios que viveram quase meio século sob o punho cerrado da ditadura do Estado Novo, e em múltiplas latitudes geográficas

Contudo, devemos notar que, recentemente, e de forma paulatina, tem existido uma aproximação entre os meios tradicionais e os meios alternativos, e vice-versa, no que diz respeito ao

⁸ Nos videocasts, Joacine Katar Moreira abordou o isolamento político que experienciou, referindo que nunca esperou ser afastada pela esquerda. Enquanto, Flávio Almada criticou a classe dominante nacional e chamou a atenção para os desafios enfrentados pelos mais vulneráveis. No formato "Dar uma Volta", Vânia Gala partilhou sobre o seu percurso artístico e as suas influências, enquanto Pongo falou sobre a sua música e identidade.

estilo, à abordagem na comunicação e à produção de conteúdo. Assim, consideramos que o Gerador propõe um novo entendimento de mainstream, que não exclui, mas inclui e integra as diversas vozes que, até então, estavam à margem.

O Gerador pode ser um exemplo de como é possível criar caminhos para o jornalismo e a comunicação social, ao abrir portas para um futuro mais justo e representativo para todos. Esta movimentação fluída entre sectores – privado e público- surge como uma mais valia. Os fundadores do Gerador expressaram uma visão otimista para o futuro da plataforma, ao destacar planos para estabelecer novas parcerias. Esse crescimento reflete uma tendência global de fortalecimento dos média alternativos, que têm vindo a ganhar maior relevância face ao declínio da confiança nos média convencionais, que se situa nos 58% no país (Iberifier, 2024). Assim, consideramos que o Gerador propõe um novo entendimento de mainstream, que não exclui, mas inclui e integra as diversas vozes que, até então, estavam à margem. Deste modo, pode-se considerar que se encontra numa fase avançada dentro da conceção de difusão de inovações na comunicação (Reis & Hostin, 2019), que pressupõe estágios progressivos desde o momento em que uma inovação é criada e se torna a norma em relação à população em geral.

Financiamento

Este artigo foi desenvolvido no âmbito do projeto “MigraMediaActs – Migrações, media e ativismos em língua portuguesa: descolonizar paisagens mediáticas e imaginar futuros alternativos” (PTDC/COM-CSS/3121/2021), financiado por fundos nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, D.P. (2023). O que é ser uma escritora negra hoje, de acordo comigo. *Companhia das Letras*.

Alves, A. R. (2016). (Pré) textos e contextos: media periferia e racialização. *Política & Trabalho*, (44), 91-107.

Araújo, M., & Maeso, S. (2016). Os contornos do eurocentrismo: raça, história e textos políticos. *Almedina*.

Balbé, A., Lins, L., & Cabecinhas, R. (2024). “Não tem como a gente fugir do que nos ensinam”: debates sobre memória pública e educação com estudantes do ensino secundário português. *Estudos Ibero-Americanos*, 50(1), 1-22. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2024.1.45807>

Cabecinhas, R., & Barros, M. D. (2022). Produção de Conhecimento, Reparação Histórica e Construção de Futuros Alternativos. Entrevista com Miguel de Barros. *Comunicação e sociedade*, (41), 243-258. [https://doi.org/10.17231/comsoc.41\(2022\).3719](https://doi.org/10.17231/comsoc.41(2022).3719)

Cabecinhas, R. (2023). “A memória da nação na era planetária. Passados e futuros em debate”. *Análise Social*, 249, lviii(4.º), 766-788. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2023249.07>

Callison, C. & Young, M.L. (2019). *Reckoning: Journalism’s limits and opportunities*. Oxford University Press.

Carruthers, I. E. (2020). Remembrance—Toward Righteousness and Reparations. *The Ecumenical Review*, 72(1), 6-18.

Coelho, A. L. (2025). Gaza está em toda a parte. *Caminho*.

Coelho, R. G. (2019). An archaeology of decolonization: Imperial intimacies in contemporary Lisbon. *Journal of Social Archaeology*, 19(2), 181-205. <https://doi.org/10.1177/1469605319845971>

Dixon, T.L. (2003). White news, incognizant racism, and new production biases. *Review of Communication* 3(3), 216-219. e Silva, R. T., Marçalo, M. J., & Lima-Hernandes, M. C. (2025). Lexicon pluricentrality and pluricircularity in Portuguese language varieties. *Portuguese grammar: Usage-based perspectives*, 4, 35.

Edy, J. A. (2006). *Troubled pasts: News and the collective memory of social unrest*.

Temple University Press.

Edy, J. A. (2014). Collective memory in a post-broadcast world. In B. Zelizer & K. Tenenboim-Weinblatt (Eds.), *Journalism and memory* (pp. 66–79). Palgrave Macmillan

Edy, J. A. 1999. “Journalistic uses of collective memory”. *Journal of Communication*, 49(2), 71–85.

El-Enany, N. (2020). *Bordering Britain, Law, Race and Empire*. Manchester University Press.

Gatrell, P. (2017). “Refugees—what’s wrong with history?”. *Journal of Refugee Studies*, vol. 30, no. 2, 170–189. Gerador. (2014). Estatuto editorial. Gerador. <https://gerador.eu/o-gerador/>

González, J. & Torres, J. (2011). *News for all the people: The epic story of race and the American media*. Verso Books.

Gorjão, J.H. (2016). *Racismo em Português. O lado esquecido do colonialismo*. Tinta-da-China.

Gorjão, J.H. (2018). *Racismo no País dos Brancos Costumes*. Tinta-da-China.

Gray, H. (2015). The feel of life: Resonance, race, and representation. *International Journal of Communication*, 9, 1108-1119.

Hall, C. (2018). Doing reparatory history: Bringing «race» and slavery home. *Race & Class*, 60(1), 3-21.

Holt, K., Figenschou, T., & Frischlich, L. (2019). Key Dimensions of Alternative News Media. *Digital Journalism*, 7, 860 - 869. <https://doi.org/10.1080/21670811.2019.1625715>.

Ihlebak, K., Figenschou, T., Eldridge, S., Frischlich, L., Cushion, S., & Holt, K. (2022). Understanding Alternative News Media and Its Contribution to Diversity. *Digital Journalism*, 10, 1267 - 1282. <https://doi.org/10.1080/21670811.2022.2134165>.

Jenkins, H. (2006). *Confronting the challenges of participatory culture: Media education for the 21st century. An occasional paper on digital media and learning*. John D. and Catherine T. MacArthur Foundation.

Karppinen, K., & Moe, H. (2016). What We Talk About When Talk About "Media Independence." *Javnost - The Public*, 23(2), 105–119. <https://doi.org/10.1080/13183222.2016.1162986>

Khan, S. (2021). “Um narcisismo colonial: Implicações históricas nas tecnologias de vigilância”. *Revista Ciências Humanas*, 14, 54-62. <https://doi.org/10.32813/2179-1120.2121.v14.n2.a743>

Khan, S., & Sousa, S. (2023). *Djaimilia Pereira de Almeida: Tecelã de Mundos Passados e Presentes*. Editora Uminho

Lowe, L. (2015). *The Intimacies of Four Continents*. Duke University Press.

M'charek, A., Schramm, K. and Skinner, D. (2014). "Technologies of Belonging", *Science, Technology, & Human Values*, 39(4), 2014, 459–467.

Macedo, I., Cabecinhas, R., & de Andrés, S. (2024). Migrações, Comunicação e Ativismos. Olhares e Reflexões. *Revista Lusófona De Estudos Culturais*, 11(2), e024021. <https://doi.org/10.21814/rlec.6095>

Machado, H., & Granja, R. (2019). "Police epistemic culture and boundary work with judicial authorities and forensic scientists: The case of transnational DNA data exchange in the EU", *New Genetics and Society*, 38(3), 1–19.

Machado, H., & Granja, R. (2018). "Ethics in transnational forensic DNA data exchange in the EU: Constructing boundaries and managing controversies", *Science as Culture*, 27(2), 242–264.

Machado, H., & Granja, R. (2020). *Forensics Genetics in the Governance of Crime*. Palgrave MacMillan.

Machado, H., Granja, R. & Amelung, N. (2020). "Constructing suspicion through forensic DNA databases in the EU. The views of the Prüm professionals", *The British Journal of Criminology*, 60(1), 141–159.

Maeso, S. R. (2021). *O Estado do Racismo em Portugal. Racismo Antinegro e Anticiganismo no Direito e nas Políticas Públicas*, Lisboa, Tinta da China.

Melo-Pfeifer, S. (2016). Public understanding of language planning and linguistic rights: The debate on the current Portuguese orthographic reform. *Language in society*, 45(3), 423-443.

Newman, N., Fletcher, R., Schulz, A., Andi, S., Robertson, C. T., & Nielsen, R. K. (2021). Reuters Institute digital news report 2021. Reuters Institute for the study of Journalism.

Nussbaum, M. (2001). *Upheavals of Thought: The Intelligence of Emotions*. University Press.

Parmar, A. (2017). "Intersectionality, British criminology and race: Are we yet there?", *Theoretical Criminology*, Vol.21(1), 35-45.

Parmar, A. (2019). "Policing Migration and Racial Technologies", *British Journal of Criminology*, 1-20.

Parmar, A. (2020). "Arresting non (citizenship): The policing migration nexus of nationality, race and criminalization", *Theoretical Criminology*, 1-22.

Phillips, C., & Bowling, B. (2003). "Racism, ethnicity and criminology: Developing minority perspectives", *British Journal of Criminology*, 43(2), 269-290.

Phillips, C., Earle, R., Parmar, A., and Smith, D. (2019). "Dear British criminology: where has all the race and racism gone?", *Theoretical Criminology*, 1-20. <https://doi.org/10.1177/1362480619880345>

Posch, P., Correia Borges, G., Simões, C., & Cerqueira, C. (2024). “Emerging perspectives: An overview of alternative digital media and migrant and/or racialised people in Portugal”. *Lusophone Journal of Cultural Studies*, 11(2), 1-21. <https://doi.org/10.21814/rlec.5748>

Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas* (pp. 71–99). CLACSO.

Raposo, O. Alves, A.R. Varela, P. and Roldão, C. (2019). “Negro drama. Racismo, segregação e violência policial nas periferias de Lisboa”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 119 | 2019, 5-28.

Reis, C., & Hostin, R. (2019). Comunicação para o desenvolvimento: O percurso teórico-metodológico das abordagens clássicas aos enfoques contemporâneos. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 15(4, jul).

Rentschler, C. A. (2010). Trauma training and the reparative work of journalism. *Cultural Studies*, 24(4), 447–477. <https://doi.org/10.1080/09502380903215275>

Ribeiro, A.S. (2018), “Pós-memória e compaixão. A razão das emoções. https://memoirs.ces.uc.pt/ficheiros/4_RESULTS_AND_IMPACT/JORNAL/MEMOIRS_ENCART_E_web.pdf

Riemen, R. (2012). *O Eterno Retorno do Facismo*. Bizâncio.

Roldão, C., Lima, R., Varela, P., Raposo, O., & Matias, A.R. (2025, forthcoming). *AfroEuropeans. Identities, Racism, and Resistances*. Routledge.

Santos, B., S. (2007). “Beyond Abyssal Thinking: From Global Lines to an Ecology of Knowledges”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78: 3:46.

Seoane-Pérez, F., Crespo, M., Vasconcelos, A., Paisana, M., Gelado-Marcos, R., Margato & Cardoso, G. (2024). *IBERIFIER reports–Disinformation consumption patterns in Spain and Portugal*. IBERIFIER. https://iberifier.eu/app/uploads/2024/05/IBERIFIER_Report_Disinformation_ConsumptionPatternsSpainPortugal.pdf

Stoler, A. L. (2016). *Duress. Imperial Durabilities in Our Times*. Duke University Press.

Stone, D. (2018). “Refugees then and now: memory, history and politics in the long twentieth century: an introduction”. *Patterns of Prejudice*, 52:2-3, 101-106.

Teixeira, L. M., & Jorge, A. (2021). Plataformas de Financiamento Coletivo na Economia Política dos Média Alternativos. *Comunicação e sociedade*, (39), 183-202.

Torres, J., & Watson, C. (2023). Repairing journalism’s history of anti-Black harm. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 707(1), 208-227.

Trafford, J. (2021). *The Empire at Home Internal Colonies and the End of Britain*. Pluto Press.

Usher, N., & Carlson, M. (2022). Journalism as historical repair work: Addressing present injustice through the second draft of history. *Journal of Communication*, 72(5), 553–564. <https://doi.org/10.1093/joc/jqac022>

Zelizer, B. & Tenenboim-Weinblatt, K. (Eds.) (2014). *Journalism and memory*. Palgrave-Macmillan.

Zelizer, B. (1993). Journalists as interpretive communities. *Critical Studies in Mass Communication*, 10(3), 219-237.